

**ESPAÇO, LAZER E IDENTIDADE: PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS
SOCIOESPACIAIS NO BAR LAS CHICAS EM MONTES CLAROS/MG**

SPACE, LEISURE AND IDENTITY: SOCIO-SPATIAL PRACTICES AND
EXPERIENCES AT LAS CHICAS PUB IN MONTES CLAROS, MINAS GERAIS,
BRAZIL

ESPACIO, OCIO Y IDENTIDAD: PRÁCTICAS Y EXPERIENCIAS SOCIOESPACIALES
EN EL BAR LAS CHICAS EN MONTES CLAROS, MINAS GERAIS, BRASIL

Gustavo Souza Santos¹

Bhárbara Andrade Rezende Souto²

Resumo: O ato de reinventar a cidade parte da mudança de suas funções no contexto particular e coletivo, já que com a segregação as desigualdades encontram materialidade no espaço urbano. Grupos minoritários de jovens profissionais e universitários se insurgem e questionam a forma como o espaço é produzido e apropriado, por quem, para quem, com quem e de que modo. Esse questionamento insurgente não se realiza apenas em manifestações sociopolíticas clássicas, mas na transformação do espaço público em locais de convívio e promoção do bem-estar coletivo. Ocupa-se, apropria-se e estabelecem-se práticas e relações que são objeto de luta e objeto de vivência. O Bar Las Chicas, circunscrito ativamente na cidade de Montes Claros/MG entre 2018 e 2019, é uma amostra desse processo, tornando-se um fenômeno de uso, ocupação e subversão do ordenamento espacial, a partir de dinâmicas identitárias e de lazer. Nesse sentido, objetivou-se analisar as relações de uso, ocupação e experiência do espaço e seu entorno, a partir do Bar Las Chicas, considerando seus significados e configurações socioespaciais. Desenvolveu-se um estudo de caso com aporte de observação participante e entrevistas semi-estruturadas conduzidas a frequentadores do bar. A proposta comercial do estabelecimento tornou-se um fenômeno particular de apropriação e de produção de práticas urbanas, criando uma poética subversiva do espaço.

Palavras-chave: Lazer, Identidade, Territorialidade, Espaço urbano.

Abstract: The act of reinventing the city starts from changing its functions in the particular and collective context, since with segregation inequalities find materiality in the urban space. Minority groups of young professionals and university students rise up and question how the

¹ Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia (Unimontes). Docente do UNIFIPMoc e coordenador do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (POP/UNIFIPMoc). Montes Claros/MG. E-mail: gustavo.ccpv@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3410976683726091>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9712-2690>.

²Especialização em História da Arte e Cultura Visual (UCAM). Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UNIFIPMoc). Pesquisadora do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (POP/UNIFIPMoc). Montes Claros/MG. E-mail: andradebharbara@gmail.com. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3410976683726091>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6948-2915>.

space is produced and appropriated, by whom, for whom, with whom and in what way. This insurgent questioning takes place not only in classic socio-political manifestations, but in the transformation of the public space into places of conviviality and promotion of collective well-being. It occupies, appropriates and establishes practices and relationships that are object of struggle and object of experience. Bar Las Chicas, actively circumscribed in the city of Montes Claros / MG between 2018 and 2019, is a sample of this process, becoming a phenomenon of use, occupation and subversion of spatial planning, based on identity and leisure dynamics. In this sense, the objective was to analyze the relationships of use, occupation and experience of the space and its surroundings, from the Bar Las Chicas, considering their meanings and socio-spatial configurations. A case study was developed with input from participant observation and semi-structured interviews conducted with bargoers. The establishment's commercial proposal has become a particular phenomenon of appropriation and production of urban practices, creating a subversive poetics of space.

Keywords: Leisure, Identity, Territoriality, Urban space.

Resumen: El acto de reinventar la ciudad comienza por cambiar sus funciones en el contexto particular y colectivo, ya que con la segregación las desigualdades encuentran materialidad en el espacio urbano. Grupos minoritarios de jóvenes profesionales y estudiantes universitarios se levantan y se preguntan cómo se produce y se apropia el espacio, por quién, para quién, con quién y de qué manera. Este cuestionamiento insurgente tiene lugar no solo en las manifestaciones sociopolíticas clásicas, sino también en la transformación del espacio público en lugares de convivencia y promoción del bienestar colectivo. Ocupa, se apropia y establece prácticas y relaciones que son objeto de lucha y objeto de experiencia. Bar Las Chicas, circunscrito activamente en la ciudad de Montes Claros / MG entre 2018 y 2019, es una muestra de este proceso, convirtiéndose en un fenómeno de uso, ocupación y subversión de la planificación espacial, basada en la identidad y la dinámica del ocio. En este sentido, el objetivo fue analizar las relaciones de uso, ocupación y experiencia del espacio y su entorno, desde el Bar Las Chicas, considerando sus significados y configuraciones socio-espaciales. Se desarrolló un estudio de caso con aportes de la observación participante y entrevistas semiestructuradas realizadas con barqueros. La propuesta comercial del establecimiento se ha convertido en un fenómeno particular de apropiación y producción de prácticas urbanas, creando una poética subversiva del espacio.

Palabras clave: Ocio, Identidad, Territorialidad, Espacio urbano.

Introdução

O espaço é polissêmico, multidimensional e multimodal. O sistema de objetos e ações cunhado por Milton Santos (2002) como um esteio de razão, técnica, tempo e emoção encontra o gozo de sentido em sua contradição, nas disputas de que sofre e na diferença que o preenche. Isto permite ajuizar com certa segurança que a conjuntura espacial não deriva de sua harmonia idealizada, mas é a partir de suas marcas, cicatrizes e percalços que sua produção é (re)descoberta.

Nessa perspectiva, as protuberâncias sócio-históricas que se armazenam nos fixos e nas estruturas, e que calibram no tempo os processos e os fluxos espaciais são fundamentais

para que a compreensão do significado e da tessitura do espaço forneça à realidade o sustento de suas indagações sobre o ir, o vir, viver e o devir. Ora, o espaço é uma poética das relações, enquanto as relações em toda sorte de arranjos constituem as métricas precisas para que essa poética se estabeleça.

No conceito de rugosidades (SANTOS, 2002), os vestígios de acumulação, superposição e supressão que modificam a paisagem, essa discussão encontra percurso. Essas marcas cicatriciais do espaço denotam os vestígios dos processos do capital, da divisão do trabalho, da tecnologia, do tráfego de fluxos de toda sorte, das práticas sociais no tempo que criam a ambiência da coletividade e da vivência na urbe.

Essa odisséia sócio-histórica de rugosidades abriga também os reflexos políticos e os utopismos sobre a construção da sociedade, marcada por planos e projetos de desenvolvimento. O desenvolvimento e a produção da vida nesse contexto sempre designaram por meio de dispositivos divisores e hegemônicos, os lugares e limites socioespaciais entre públicos, por vezes legitimado pelo poder público e econômico.

Os componentes histórico-culturais do território nacional complexificam esse cenário, tornando a produção do espaço um esteio de desenvolvimento parcelar. Isto é, a produção do desenvolvimento não se realiza de modo igualitário aos seus produtores, mas é deleite pleno de grupos reduzidos, privilegiados e que passam a gozar de espaços de prestígio.

Essa problemática evidencia não apenas cenários de exclusão e segregação por meio de agentes socioeconômicos e políticos. A segregação torna o espaço um aparato de divisão de públicos com concessões e limitações sobre quem pode e quem não pode exercer seu devir em determinadas instâncias ante o público, mesmo quando os dispositivos constitucionais apregoam a liberdade e o exercício cidadão pleno, irrestrito.

Tal prospecto leva a entender o espaço público - e urbano - como um observatório da mudança e progressão temporal e cultural, marcado de rugosidades e protuberâncias que ditam sua dinâmica e, ao mesmo tempo, compõem o substrato de sua transformação - ou subversão - por grupos ameaçados, tolhidos ou excluídos material e simbolicamente.

As primícias do desenvolvimento e as promessas que dele se desprendem tecem leituras pouco democráticas sobre sua vivência. O espaço como sistema de objetos e ações, e como sinal visível da mudança, torna-se sinal patente do que se constrói como ordenamento voltado ao desenvolvimento, evidenciando segregações socioespaciais, marginalizações negativas e criando zonas excludentes.

Embora essa discussão já conhecida remonte a esferas macroscópicas de análise, são as micro-ações em realidades localizadas, nos redutos de interseção entre a produção intensa do espaço urbano e da constituição dos lugares como matrizes subjetivas, que reclamam atenção. Os rebatimentos da atividade e das funções urbanas são locais ora de subversão, ora reinvenção dos usos e vivências de que se faz supor o espaço na contemporaneidade.

O ato de reinventar a cidade parte da mudança de suas funções no contexto particular e coletivo, já que com a segregação as desigualdades encontram materialidade no espaço físico da cidade, gerando uma maior divisão urbana. Grupos se insurgem e questionam a forma como o espaço é produzido e apropriado, por quem, para quem, com quem e de que modo.

Esse questionamento insurgente não se realiza apenas em manifestações sociopolíticas clássicas, mas na transformação do espaço público em locais de convívio e promoção do bem-estar coletivo ao dissabor do que se projeta como convencional. Ocupa-se, apropria-se e estabelecem-se práticas e relações que são objeto de luta e objeto de vivência.

O Bar Las Chicas, circunscrito ativamente na cidade de Montes Claros/MG entre 2018 e 2019, é uma amostra desse processo, tornando-se um fenômeno de uso, ocupação e subversão do ordenamento espacial, a partir de dinâmicas identitárias e de lazer. A proposta de aparência comercial tornou-se um fenômeno particular de apropriação e de produção de práticas urbanas, criando uma poética subversiva do espaço.

Objetivou-se aqui analisar as relações de uso, ocupação e experiência do espaço e entorno do Bar Las Chicas de Montes Claros/MG, considerando seus significados e configurações socioespaciais.

Percurso metodológico

O percurso metodológico implicou em uma pesquisa do tipo exploratória e qualitativa, desenvolvendo-se um estudo de caso do Bar Las Chicas, de Montes Claros/MG, considerando seus significados e configurações socioespaciais. Para subsidiar o estudo de caso, empreendeu-se uma pesquisa de campo composta por duas frentes: observação participante e entrevistas semi-estruturadas dirigidas a frequentadores.

A observação participante foi acionada para o acompanhamento vivencial do fenômeno, das dinâmicas, práticas e dos fatores que constituem os fenômenos de uso e ocupação do espaço ligados ao consumo do bar e seu entorno. Como parâmetros de observação, partiu-se dos

critérios uso do espaço, relações desenvolvidas com o espaço (afeto e ocupação), consumo, lazer, entretenimento e identidade.

As entrevistas semi-estruturadas foram dirigidas a frequentadores do bar no período de 15 a 17 de agosto de 2019, durante o período das Festas de Agosto, festejos populares da cidade de Montes Claros/MG, marcado pela ocupação cultural, folclórica e religiosa do centro histórico local e adjacências.

O teor das questões envolvia o significado do ambiente, os afetos envolvidos, as experiências relacionais, de consumo e lazer, o uso do espaço e as experiências de sociabilidade ali ativadas. Compuseram a pesquisa 10 sujeitos frequentadores do bar e disponíveis no período de realização da coleta de dados. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

Considerando seu perfil sócio-demográfico, os participantes do estudo se consideraram frequentadores regulares do bar, possuíam faixa etária compreendida entre 20 e 35 anos e de ambos os sexos. Profissionalmente, eram celetistas, cursavam formação superior seja em nível de graduação ou pós-graduação. Embora não se consideravam integrantes de movimentos sociais tradicionais e organizados, os sujeitos se auto-identificavam em grupos minoritários e engajados em causas como a luta antirracista, o direito das mulheres e o feminismo, comunidade LGBTQ+ e possuíam alinhamento ideológico no tocante ao acesso à cultura e lazer por populações marginalizadas e residentes nas regiões periféricas da cidade.

Havia nos sujeitos diversidade quanto à orientação sexual, porém, em seu discurso, há a premissa de que os espaços carecem e precisam de pluralidade de manifestações subjetivas e coletivas, entendendo que o bar era uma amostra ou um acontecimento-mostra desse pressuposto. O argumento era fortalecido pela diversidade socioespacial, visto que os sujeitos eram oriundos de regiões distintas da cidade e reconheciam no bar um espaço de arregimentação da diversidade, tolhida em outros espaços tanto público como privados.

Quanto às categorias analíticas que sustentam a discussão, o estudo parte da categoria espaço para apresentar as análises do caso em discussão, apresentando conceitos fundamentais para sua discussão e, neste prospecto, dialogando com categorias em paralelo: como território para tratar de territorialidades; lugar para tratar a interpolação do afeto no/pelo espaço; e paisagem, ao tratar dos aspectos estéticos que incidem sobre o uso, a ocupação e sua própria noção pelos sujeitos que o fazem e vivem.

O Bar Las Chicas: caracterização, uso e ocupação

O município de Montes Claros está localizado em Minas Gerais e pertence à mesorregião Norte do estado, contando com uma população de 361.915 habitantes, e com estimativa populacional de 409.341 para o ano de 2019 (IBGE, 2010). Considerando a dinâmica de centralidade da cidade, seu espaço abarca um trânsito intensificado pela população flutuante, gerando imbricações socioespaciais e territoriais.

Historicamente, três fatores desencadearam o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano local: a construção da ferrovia em 1926 e seu impacto logístico e comercial; sua participação no programa de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) nas décadas de 1960 e 1970; e, conseqüentemente, sua própria centralidade como polo regional na oferta de serviços (FRANÇA, 2007).

Essa tríplice frente de desenvolvimento gerou um processo acelerado de urbanização que não acompanhou um planejamento urbano consistente (VERSIANI *et al.*, 2019). A este fator, adicione-se o fato de que o crescimento e relativo desenvolvimento socioeconômico acompanhados na cidade e região se estabeleceram em um cenário amplamente marcado por desigualdades históricas.

Com o crescimento expansivo e desordenado, elementos como a carência de serviços e aparelhamento público e a segregação socioespacial tornaram-se características prementes do município, produzindo um desenvolvimento parcelar, contraditório e obtuso. Esse caráter segregador produz lacunas e precariedades que não se restringem apenas a aspectos socioeconômicos estritos, mas afetam também as condições e políticas de lazer (VERSIANI *et al.*, 2019).

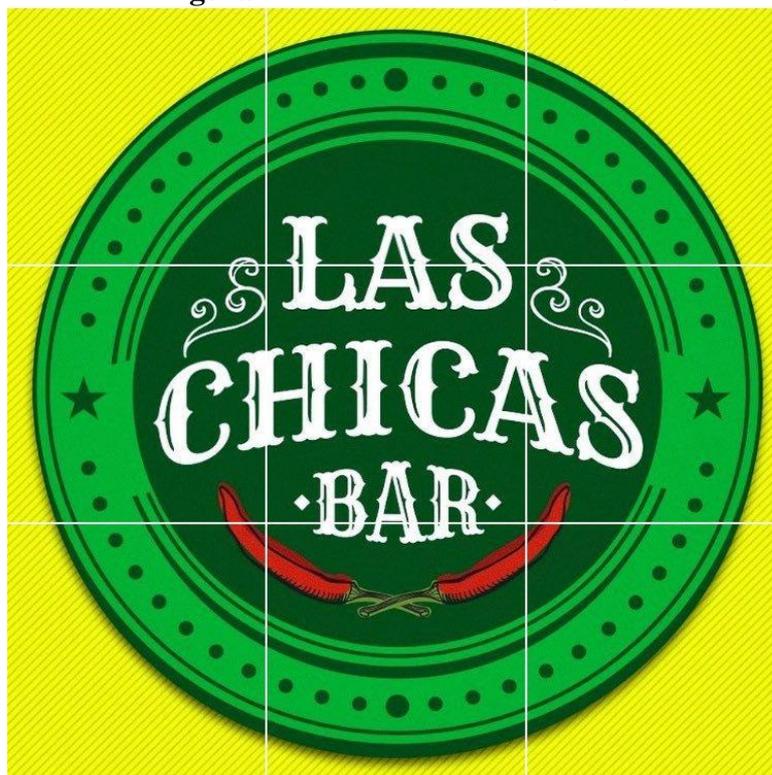
Sob o ponto de vista econômico, o destaque advém do setor terciário, implicando em parcelas consideráveis do Produto Interno Bruto (PIB) e nos arranjos territoriais. Os efeitos dessa odisseia de crescimento produzem um dinamismo que alteram a paisagem urbana, seja pela apropriação do solo, seja pelos fluxos econômicos das atividades comerciais e os marcadores da produção do capital.

Essa escalada temporal de desenvolvimento urbano tem introjetado processos socioespaciais com incidência sobre os modos de uso e ocupação que os indivíduos fazem do espaço para o lazer, a cultura e o entretenimento. Isto é, não apenas os agentes econômicos produzem a malha urbana e seu exercício, mas a qualidade das práticas sociais dos sujeitos e seus grupos têm disputado o ajustamento da produção do espaço urbano e seu território.

O prospecto de Montes Claros fornece luzes para a compreender que, no afluxo da tipologia de desenvolvimento e crescimento de que se experimenta, além da conjuntura de centralidade que contigência investimentos e abre vazão para a sobreposição de territórios pela influência regional e a conseqüente população flutuante, há processos e práticas por entre as frestas dos cenários.

Debruça-se aqui sobre a faceta da segregação e do adensamento urbano, a partir da perspectiva do lazer, mais especificamente no uso e na apropriação do espaço e seus signos para exercícios identitário. O Bar Las Chicas, já criado com propósitos diversos aos empreendimentos de mesma natureza, tornou-se veículo para um fenômeno de ocupação subversiva do espaço urbano em reação aos resíduos da produção urbana de Montes Claros, dos quais de debateu previamente.

O bar foi nomeado sob o termo *las chicas* que, em tradução livre da língua espanhola, significa “as meninas” ou “as garotas”. A escolha do chamamento tem uma dupla implicação: linguística e gestora. A temática escolhida para ambientar o bar é mexicana, com elementos percebidos em sua decoração, cardápio, posicionamento mercadológico e identidade visual (figura 1). Os grafismos, escolha cromática, tipografia e as pimentas como elementos de composição reforçam o tema escolhido.

Figura 1 - Marca do Bar Las Chicas

Fonte: Disponível em: <http://www.instagram.com/barlaschicas>. Acesso em: 22 out. 2019.

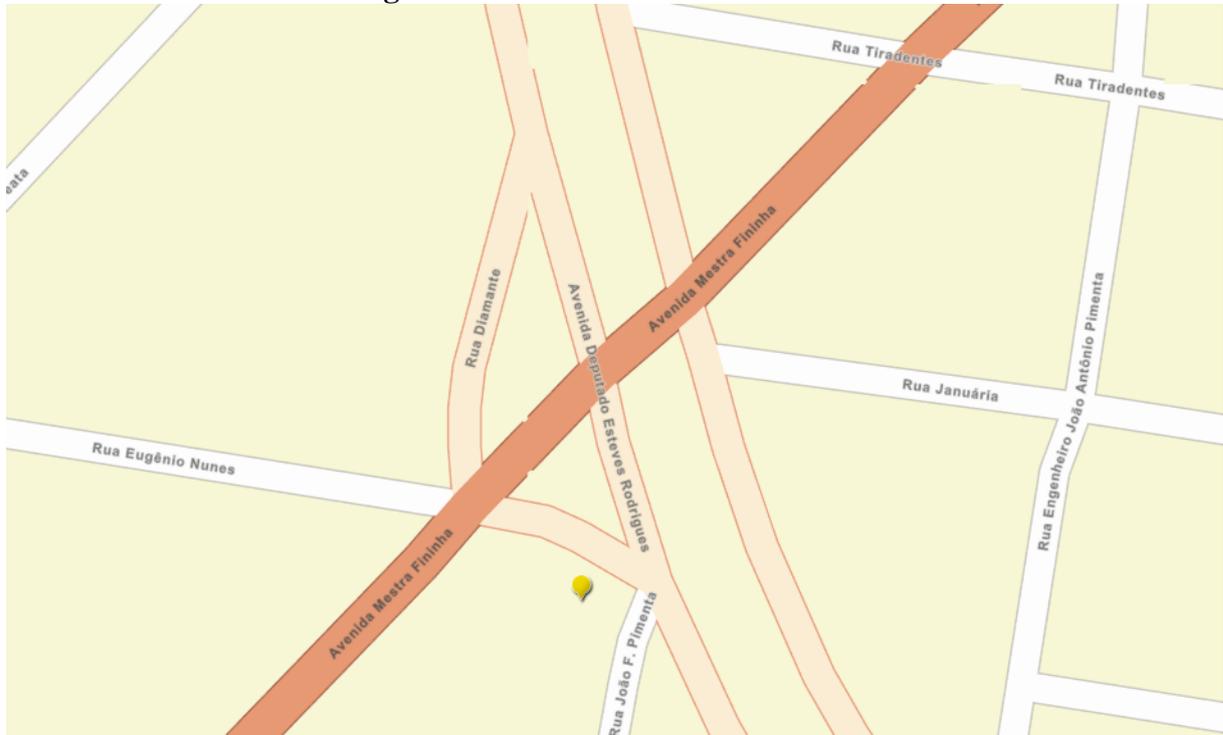
O nome também tem causalidade gestora, já que o gerenciamento do negócio foi feito exclusivamente por mulheres. Tal fato não diz apenas do gênero das idealizadoras, mas de uma política de posicionamento e liderança feminina, ecoada no discurso do bar em proteção às mulheres e pluralismo identitário. Trata-se, portanto, de uma atividade comercial cadenciada de agência política enquanto atividade de lazer.

O empreendimento, além de sua conjuntura comercial, sinaliza um posicionamento político com credenciais de gênero, sobretudo na luta pelos direitos e pela ampla expressão das mulheres na sociedade, seja em atividades econômicas, culturais ou sociais. Destarte essa sinalização evidente, esteve presente no discurso das gestores e na comunicação do ambiente a abertura, suporte e ensejo de grupos minoritários e outras expressões de luta como o movimento negro e a comunidade LGBTQIA+.

Desse modo, embora inserido em uma via estratégica para práticas comerciais do segmento em questão, o compromisso sociopolítico propagando pelo estabelecimento, suas gestões e comunicação corporativa contribuíram para que uma força de atração fosse gerada e, a partir dela, redes sociais se desenvolvessem, incluindo sujeitos e anexando suas práticas para além da proposta de uso convencional de um bar, tornando-o em seus dias de funcionamento,

um evento-fenômeno de natureza socioespacial (em termos de sujeitos e suas relações de uso e ocupação) e cultural (pelo caráter de lazer e expressão plural de identidades).

Figura 2 - Bar Las Chicas e seu entorno



Fonte: elaborado pelos autores.

O Las Chicas se localiza na Avenida Mestra Fininha, número 775, no bairro Cidade Santa Maria (figura 2). A avenida em questão é uma via arterial, isto é, caracterizada por interseções em nível, com acesso a lotes lindeiros e vias secundárias, permitindo a irrigação de fluxos residenciais e comerciais (BRASIL, 1997). Desse modo, a via compreende intenso tráfego e abriga em seu entorno atividades econômicas diversificadas (lazer, alimentação, educação, saúde e serviços diversos).

O estabelecimento está localizado na interseção entre duas vias de fluxo intenso: a Avenida Mestra Fininha e Avenida Deputado Esteves Rodrigues (figura 3). Ambas as avenidas irrigam áreas residenciais e conexões para regiões comerciais ou de atividade educacional, sendo ocupada por atividades comerciais distintas como consultórios médicos, clínicas, supermercados, escolas, bares, casas noturnas e empreendimentos de lazer diversos. O fluxo é intenso não apenas por veículos particulares e de transporte coletivo, mas de pedestres em trajeto ou trabalhadores das imediações.

estabelecimento como tal em seus limites, mas criando limites fluidos por meio do lazer e do senso de comunidade alinhavado ali pelo lazer (figura 6).

Figura 6 - Bar Las Chicas



Fonte: Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bjs96MBhfZo/>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Essa conjuntura permitiu que as dinâmicas de uso daquele espaço - o espaço do bar, os espaços adjacentes e as rotas de consumo - tornassem o evento de frequência ao Las Chicas em um lugar de afetos. O lugar opera na medida em que a cadência das relações vertam afetos sobre um espaço, sua lógica e seu ordenamento. As emoções criam experiências espaciais de uso e que interpolam sua apropriação por meio do afeto, gerando sentidos e sentimentos de pertencimento.

Nesse ínterim, o bar perde sua alcunha oficial de estabelecimento comercial para se tornar uma experiência socioespacial de uso e consumo. Tal processo se dá por meio de duas conjugações entre os sujeitos e o espaço: apropriação e ocupação. O espaço substrato e o espaço de fluxos de consumo é produzido e re combinado por meio dos usos que dele são feitos e protagonizados pelos sujeitos frequentadores.

A apropriação ocorre na medida em que cria-se por meio do espaço destinado às atividades de lazer um microterritório em meio ao ordenamento urbano da localidade. Anexam-se as adjacências físicas dos entornos e as localidades entre fluxos das rotas de consumo, territorializando por meio do lazer, do consumo e dos afetos ali empregados a vivência do bar. Tal processo se dá de maneira livre e insurgente, já que desafia-se o ordenamento do espaço, do trânsito e impeditivos ambientais, como volume sonoro.

Por outro lado, a apropriação ganha conteúdo e sentidos por meio da ocupação. A ocupação implica nos corpos dos sujeitos dispostos em relações e afetos para o lazer tornados simbolicamente uma unidade com o espaço conjugado. Ocupa-se o substrato, mas ocupa-se por meio dos exercícios de ir, vir e devir dos sujeitos. Ocupam-se também frestas, franjas e zonas do espaço urbano e público sem atividade, dotando a localidade de novos significados provisórios.

Apropriação e ocupação exercem forças sociais, políticas e simbólicas. O espaço, produzido por múltiplas forças, é marcado por dinâmicas, práticas, funções e processos que perpassam influxos de poder. Nesse sentido, atos de apropriação e ocupação designam ações mais amplas do que a tomada ou o repouso no espaço. Trata-se de tramas inter-relacionadas ao tecido socioespacial e o que nele incide.

Desse modo, o lugar de relações e de afetos por meio de dinâmicas de uso, apropriação e ocupação torna-se mais do que a rotina de um bar, mas opera-se um "rolê"³. Um evento-fenômeno que coaduna espaço, relações e tramas sociopolíticas. Ultrapassa-se o significado e a função esperada do espaço de lazer por meio de um "rolê" que abriga exercícios, códigos e conteúdos dirigidos às operações e forças urbanas.

O "rolê" Las Chicas: consumo, contra-hegemonia e identidade

O "rolê" Las Chicas é uma manifestação espontânea de ocupação e apropriação que se descolou da experiência regular de lazer na frequência de um estabelecimento que oferece serviços de bar, restaurante e entretenimento. Tal ocorrência é observada na medida em que esse processo constitui uma resposta à necessidade de parte da população se sentir parte da cidade em que vive e produz, se identificar e mais ainda, ocupar parte do que é seu, parte do âmbito público.

³O termo "rolê" designa, em sentido informal, passeio ou saída para lazer. Conforme: <https://dicionario.pruberam.org/role>. Acesso em: 1 nov. 2019.

Sinto que é minha casa aos fins de semana. É onde sou livre para ser quem sou, livre para me divertir com segurança e em uma comunidade que vive experiências parecidas e compartilham diversidade [ENTREVISTADO 1]

Faltava um espaço que conseguir reunir uma galera tão diferente. Essas pessoas não tinham lugar ou espaço na cidade. É como se mesmo abertas, as portas dos estabelecimentos e as ruas estivessem fechadas ou fossem negadas a essas pessoas. Foi um movimento lindo [ENTREVISTADO 4]

Estar no bar era mais do que sair para se divertir na sexta ou sábado. Era liberdade. Todo mundo se reunia no espaço apertado, lotava a rua e o significado estava na multidão diferente curtindo reunida. Era bonito de se ver. Me sentia forte [ENTREVISTADO 7].

Eu me sentia parte de alguma coisa. Finalmente. Todo mundo se divertia e amava estar ali, mesmo sem consumir. Existir era importante, né? [ENTREVISTADO 8].

Era mais do que um bar. Era algo diferente. Algo que unia, juntava e fazia aquele lugarzinho onde não se dava nada por ele, se tornar uma coisa grande, forte e simbólica [ENTREVISTADO 10].

Os entrevistados acenam para uma dimensão que reclassifica o uso do espaço tornando um evento-fenômeno: a unidade na diversidade promovida na seguridade da manifestação livre das identidades. A identidade, embora assuma uma forma intra e intersubjetiva, tem uma relação muito direta com os lugares, isto é, nas protuberâncias relacionais e engajadoras dos espaços nos quais as relações entre sujeitos e seus afetos interpolam uma espacialidade cujo rebatimento é identitário.

Os participantes, identificados com lutas minoritárias, experimentam na experiência de lazer e consumo do bar uma espécie de arregimentação de suas vozes, corpos e expressões - tolhidas em outros ambientes públicos ou privados. Essa arregimentação concede expressão livre e um exercício fortalecido de identidades ou manifestações frequentemente segregadas por atmosferas culturais reprodutoras de controles heteronormativos e heteronormatizantes, elitizantes (segregando o consumo e o lazer privado a perfis específicos de aparência e localização) e estruturas conservadoras no que tocam pluralismos culturais.

Face aos dispositivos hegemônicos de controle e repressão, manifestados no lazer público e privado - como é o caso - e geradores de segregação socioespacial pela ocupação desses espaços, o bar emerge como um símbolo de acesso, liberdade e concessão. Grupos minoritários e sujeitos à vulnerabilidades sociais têm, nesse exercício popular de ida a um bar, um esteio de exercício e um índice no qual o espaço radica uma possibilidade de ser, estar e

existir face às repressões manifestas e simbólicas. Isto é, emerge da frequência ao bar o sinal de uma geograficidade de diversidade, de acesso à cidade, acesso ao lazer e livre expressão.

A identidade é um processo de construção de significado com base em atributos culturais inter-relacionados e a partir de uma dinâmica de individuação do ator social (CASTELLS, 2013). Há sempre identidades primárias construídas a partir de significados que podem desencadear identidades múltiplas. A identidade se liga ao significado, ao projeto e a tessitura da individuação com o outro e a sociedade (HALL, 2006; CASTELLS, 2013).

Assim, a identidade ou as identidades são construídas a partir de elementos temporais, espaciais, biológicos, instituições, normatizações, memórias, tradições, fantasias, epifanias, centros de poder e outros. O sujeito e as sociedades organizam esses elementos a partir de projetos culturais e cosmovisões partilhadas ou postas em subversão (TOURAINÉ, 2009).

O "rolê" Las Chicas parte desse processo de entrelaçamento de sujeitos e o conteúdo sócio-histórico-cultural aderente às rugosidades dos espaços urbanos de Montes Claros e a conjuntura de sua malha urbana e social. Todavia, o caráter engajador da identidade torna sua conjuntura um palco para manifestações sociais, políticas e culturais em vazão, isto é, dispostas a disputar as narrativas hierarquizantes e hegemônicas dispostas nas práticas e processos urbanos.

O lazer não fica trancado em lugares privados. É aberto, de todos, para todos. E isso é poderoso [ENTREVISTADO 3].

O consumo e o capitalismo podem ser muito excludentes. Mesmo os espaços que desejam frequentadores acabam excluindo quem poderia ser seu público. Por motivos diversos, mas sobretudo por ainda não entenderem de fato o que é a cidade hoje [ENTREVISTADO 5].

Chama atenção um lugar que é mais do que um divertimento, mas um movimento. Isso atrai olhares duvidosos e oposições, sem dúvida. Mas acho que parte do significado desse movimento é isso, sabe? [ENTREVISTADO 9].

Quando os entrevistados atribuem afetos e observam processos de identificação coletiva por meio do exercício livre da pluralidade, há a formação de uma dinâmica de reconhecimento do espaço como uma coletividade produzida por todos e depositária de todos. Em um senso democrático, entende-se a cidade como uma produção coletiva democrática, marcada por poderes e forças. Na percepção de forças legitimadoras, emerge a noção de disputa e a necessidade de ruptura.

Os frequentadores sinalizam a consciência de que a experiência socioespacial ativada pelo bar remete à conflitos e à conjunturas normativas de uso e permanência dos espaços. Isto é, entende-se que, as possibilidades de lazer são notadamente mais privadas e que, mesmo as públicas, sofrem achatamentos normativos ou repressores. Entende-se ainda que o consumo é transversal ao espaço, o que para os grupos frequentadores do bar, possui um duplo efeito segregador, evidenciando uma possibilidade de existir - em seus próprios termos - e consumir.

A ocupação do bar para fins de consumo, entretenimento e lazer adquire uma estética subversiva, aditivada pela consciência da contestação e tornando a multidão em plena prática e experiência uma frente de protesto não convencional. O protesto que cria alarde na rua tem suas bandeiras e gritos reelaborados em manifestações livres de recreação, gerando disputa e causando dissonâncias à estética do capital e do entretenimento noturno permissivo pela norma. Os grupos parecem ativar um novo processo.

Desvela-se assim um processo de territorialização ou de ativação territorial. Sobre o território, convém ponderar:

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8).

A pluralidade identitária percebida e exercida pelos sujeitos foi catalisada pela proposta do estabelecimento e ganhou corporeidade a partir do tipo de relação social e política que se desdobravam do espaço. Às margens da produção do lazer urbano ou da nobreza das tidas melhores porções espaciais de entretenimento da cidade, emerge um espaço-vivência. A diversidade e o pluralismo, naturalmente politizados e postos em combate face às hegemonias, dão sustentação à territorialização da localidade.

O espaço, aberto em suas possibilidades de tratativas públicas e privadas, exercícios e experiências, é composto por suas delimitações. À categoria território é concedida a deixa, ao perceber-se que o funcionamento comercial e seus fluxos têm suas delimitações, e nelas, manifestações de poder que ditam como se consome e que públicos consomem, normativamente. A disputa, até então estética das aglomerações do bar, ganham contornos territoriais e relacionais.

Nessa perspectiva, os frequentadores afirmam:

Estar aqui é sentir questionando o status da cidade e questionar o tipo de cidade de cultura que estamos produzindo. É inclusiva? É de todos? Para quem e por quê? [ENTREVISTADO 2]

Quando eu vejo as pessoas ocupando os espaços reduzidos daquela região marginalizada, tida como lugar de pessoas abjetas, sinto orgulho porque a cidade revela sua força verdadeira e ganha vida nas pessoas que ali se divertindo com liberdade se tornam símbolos políticos [ENTREVISTADO 3].

Colocar os pés naquele lugar, ouvir música, conversar com os amigos, tomar uma cerveja... É muito mais do que isso... É como estar em um protesto onde o jeito de ser das pessoas são seu grito por mudança. Acho revolucionário ocupar os espaços que são nossos, mas nos são negados diariamente [ENTREVISTADO 5].

Quem está aqui se diverte, tem seu momento de lazer e espairose. Mas quem está aqui também sabe que esse lazer é político. São corpos políticos. É um confronto direto sobre a cidade e a cultura que produzimos [ENTREVISTADO 6].

A consciência de uma ocupação que ultrapassa os limites do uso convencional e torna-se um índice político denota a ativação territorial. Os laços e afetos que compõem esse processo, aliado ao conteúdo sócio-histórico-cultural latente e patente na memória e impregnado nas frestas das rugosidades urbanas fazem com que o exercício do lazer torne-se um exercício territorial. Evoca-se a dimensão do poder, da disputa, da resistência e do conflito.

Os frequentadores semanais do bar feito "rolê" desenvolvem por meio do consumo, da permanência, do uso, da ocupação e da apropriação o processo de territorialidades. "Territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados" (SACK, 2011, p. 63), é "um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de grupos distintos" (SAQUET, 2009, p. 88).

Pode-se destacar ainda:

É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes [...] (SAQUET, 2009, p. 87).

Essa construção de malhas, nós, redes e relações no usufruto espacial possui cadência política. Isto porque as identidades que encontram condições livres de expressarem e ecos plurais de manifestação se chocam com o aparato legitimador da sociedade civil concebida pela tradição hegemônica. O arrocho e o sufocamento identitário e, portanto socioespacial, vividos pelos sujeitos encontram formas de eclosão particulares no seio urbano.

O lazer torna-se a linguagem e a indumentária política para reclamar visibilidade, entrar em querela sobre as exclusões cotidianas e a segregação praticada na cidade. A arregimentação fornecida pelo bar é a acústica necessária para que sujeitos, corpos e identidades entrem em sinergia para a coletividade de um ensejo por um espaço repensado, plural e revisitado. O rolê torna-se sobretudo política, coalizão e insurgência.

Desse modo, a conjuntura espacial do rolê é o estopim ou o componente detonador da reivindicação de uma obra maior: a cidade. Viva e produtiva, a cidade é constitutiva da quotidianidade. E como tal, fere e é ferida em sua proposta. Sua produção, mesmo coletiva, é tomada e protagonizada por detentores de poderes legitimadores. Restam resistências localizadas e dirigidas a questionar essa obra de todos nem sempre verificada na prática.

A cidade contemporânea é habitada por organismos complexos. Grupos, coletivos e sujeitos se movem nas estruturas e, frequentemente, subvertem os sistemas, as funções, os fixos e os fluxos urbanos. Os grupos que se unem por circunstâncias de sociabilidade e cultura passam a mobilizar seus interesses, pensamentos e reflexões, lutando por direitos garantidos e pelo direito à cidade.

A cidade é produzida em meio a necessidades. Muitas dessas necessidades se perdem nos modos de produção urbana e em como está ordenada a cidade. Todavia, permanecem prementes no tecido social.

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediatividade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num “mundo” (LEFEBVRE, 2008, p. 105).

O exercício de estar na rua, de usar os espaços, apropriá-los e ocupá-los ainda que provisoriamente são vitrines eloquentes de insurgência e de questionamento sobre a qualidade, a tipologia e intencionalidade da produção, da organização e do planejamento urbano. É nisso que se revela a potência do "rolê" Las Chicas: a subversão do lazer e do consumo preconizados pela vida urbana, onde tais práticas se tornam querelas na medida em que questionam os *modus vivendi e operandi* da urbe.

No espaço provisório e volátil de fins de semana, os frequentadores do bar ativam uma identidade territorial própria, disposta a promover no lazer um estandarte de disputa, questionamento e reclame do direito à cidade.

Ocupar os espaços é o primeiro passo para enfrentar o poder e para conseguir a transformação. Sem ocupar não seremos ouvidos ou percebidos. [ENTREVISTADO 1]

É lindo que esse movimento começa desde o momento em que as pessoas se preparam para sair de casa. É todo um movimento. Gerar espanto nas pessoas que passam de carro ou que ficam questionando de longe o que faz tanta gente se aglomerar. É resistência [ENTREVISTADO 4].

É engraçado que a estética das roupas, os movimentos de dança, a sonoridade da música e do barulho, tudo se torna parte do rolê. Tudo é uma coisa só. E pode parecer diversão simples, mas tem um sentido de luta tão grande [ENTREVISTADO 6].

Estar ali incomoda, questiona, provoca. É um símbolo muito expressivo de resistência. Mas é uma resistência propositiva. Há um desejo de transformar a cidade, os lugares, a realidade. Que seja utópico, mas é real [ENTREVISTADO 10].

A identidade territorial é uma dinâmica espacial, cultural e identitária marcada pela arregimentação de um espaço feito território como gerador de sentidos de pertença, projetos comuns de sociedade e fortalecimento da pluralidade em torno da diferença. É uma identidade resistente e que se desenvolve no projeto radicado no território (material ou imaterial), contrapondo-se às flutuações hegemônicas, a partir de necessidades partilhadas (SANTOS, 2017).

No rolê Las Chicas, essas territorialidades são compostas das relações usuais de frequência a um bar, na consciência de que a diversidade e a pluralidade livres e respeitadas naquela circunscrição são - ao mesmo tempo - sinal de uma cidade possível e que se pleiteia e frente de expressão material, visual e social de contradições existentes em um espaço segregado

e segregador. É parte da substância das territorialidades desvelar seu caráter relacional, ao mesmo tempo em que interpola ou combate poderes vigentes, visíveis ou invisibilizantes (SANTOS; CUNHA, 2018).

Ainda nessa perspectiva, convém salientar que:

A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. [...] As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade de encontros [...]? (LEFEBVRE, 2008, p. 105-106).

O rolê Las Chicas por meio desse conjunto de fatores se torna um exercício de lazer identitário e contra-hegemônico. À primeira característica já se evidencia a diversidade marcante da ocupação e apropriação do local. Quanto à contra-hegemonia, verifica-se o espaços e os públicos marginais tornando-se vetores de resistências insurgentes, desafiando a aparente ordem urbana e, ao mesmo tempo, projetando outras possibilidades de vida e feitura da cidade.

Considerações finais

O Bar Las Chicas configurou-se para além de um espaço de lazer e consumo na medida em que incorporou elementos de sociabilidade, identidade e resistência, a partir dos usos que os frequentadores dele fizeram. Mesmo o consumo, radicado nos serviços do bar, foi complexificado em rotas alternativas, realocando a pujança do espaço para sua ocupação e apropriação.

Os frequentadores do bar territorializaram uma porção espacial marginalizada anexando simbolicamente as imediações do local, ampliando o alcance do bar que, por meio da vivacidade dos afetos e dos exercícios identitários, produziram territorialidades insurgentes, dotadas de agência e potência. O lazer vivido tornou-se indumentária de luta e significado de resistência e projeto.

O exercício de lazer no bar o tornou um "rolê", isto é, mais do que uma ocupação do ócio, mas um evento-fenômeno de questionamento do que é vigente. A política do bar aliada a performance dos sujeitos criou uma ambiência territorial capaz de sustentar uma unidade identitária em meio à pluralidade.

Insurgente, o "rolê" sinaliza para o direito à cidade discutido no seio das ruas e do entrecruzamento urbano do marginal e do central. A cidade é reelaborada e refletida na medida que as energias dos sujeitos. Usa-se, apropria-se e ocupa-se o espaço em um mesmo movimento onde se evidenciam os contrastes da cidade imaginada e vivida.

O consumo em termos de lazer se incorpora a um consumo da própria cidade, tornando o exercício do lazer um exercício insurgente e cidadão. Ser, estar, permanecer e se entreter tornam-se facetas de uma mobilização marcada pelo pluralismo identitário e questionador. O direito à cidade desponta como uma chave de leitura do caso, já que a cidade é tomada como obra e sua produção é interpelada.

As atividades do bar, no entanto, cessaram em 2019 por fatores não esclarecidos. Frequentadores especulam sobre multas e denúncias sobre leis associadas aos ruídos, porém sem confirmação apurada. A lacuna de um espaço como receptáculo para abrigar o que se produziu no "rolê" permanece. Essa mesma lacuna se torna insumo para novas alocações e transformações a partir das poéticas do espaço, que são poéticas humanas.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm. Acesso em: 22 out. 2019.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 8 ed. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FRANÇA, I. S. **As novas centralidades de uma cidade média: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 240 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. IBGE: Cidades@, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/panorama>. Acesso em: 22 out. 2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SANTOS, G. S. **#Vemprarua**: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. 217. 178f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

TOURAINÉ, A. O sujeito como movimento social. In: _____. **Crítica da modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

VERSIANI, I. V. L. *et al.* Direito ao lazer e políticas urbanas: análise a partir do estatuto da cidade e inserção do plano diretor. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 21, n. 1, p. 79-101, maio/ago. 2019.

Recebido em 13 de março de 2020.

Aceito em 23 de junho de 2020.

Publicado em 13 de agosto de 2020.